

A pequena gramática de Adriano da Gama Kury: *habemus* nomenclatura gramatical brasileira

Adriano da Gama Kury's little grammar: *habemus* Brazilian grammatical nomenclature

Felipe de Andrade Constancio*
Leonardo Ferreira Kaltner**

RESUMO

A *Pequena gramática para a explicação da nova Nomenclatura Gramatical*, da autoria de Adriano da Gama Kury (1959), alcançou expressiva produção editorial na segunda metade do século XX. A sua larga difusão, nos meios académicos e escolares, é objeto de análise neste trabalho, uma vez que direciona esforços investigativos para uma possível leitura crítica das produções (gramáticas e materiais didáticos) elaboradas num período de intensa divulgação da Nomenclatura Gramatical Brasileira. Neste cenário, a obra do filólogo brasileiro surge como uma verdadeira ferramenta didática para endossar e, conseqüentemente, divulgar os pressupostos teórico-metodológicos da nomenclatura no mercado editorial, de modo a se tornar um divisor de águas na historiografia gramatical brasileira. A análise da *Pequena gramática* oferece os seguintes resultados para discussão: configura-se como um texto histórico que busca expandir os conceitos não contemplados pela nomenclatura; particulariza-se pela oferta de exemplos (sem referência a fontes literárias) para tornar didática a leitura dos termos ao consulente.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia gramatical. NGB. Crítica.

DOL: <https://doi.org/10.18364/rc.2026n71.1494>

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), felipe.lettras.ac@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-9199-225X>

** Universidade Federal Fluminense, leonardokaltner@id.uff.br, <https://orcid.org/0000-0003-3690-3132>

ABSTRACT

The Small Grammar for the explanation of the new Grammatical Nomenclature, authored by Adriano da Gama Kury (1959), achieved significant editorial production in the second half of the 20th century. Its broad dissemination in academic and educational environments is the subject of analysis in this work, as it directs investigative efforts towards a possible critical reading of the productions (grammars and teaching materials) developed during a period of intense dissemination of Brazilian Grammatical Nomenclature. In this scenario, the work of the Brazilian philologist emerges as a true didactic tool to endorse and consequently disseminate the theoretical and methodological premises of nomenclature in the publishing market, thus becoming a watershed in Brazilian grammatical historiography. The analysis of the Little Grammar provides the following results for discussion: it is configured as a historical text that seeks to expand the concepts not covered by nomenclature; it is characterized by the provision of examples (without reference to literary sources) to make the reading of terms didactic for the inquirer.

KEYWORDS: Grammatical historiography. NGB. Criticism.

“Na sua forma definitiva, é a NGB um esqueleto; e a finalidade deste livrinho é torná-la corpo”. (KURY, 1959, p. 13)

Considerações iniciais: o cenário historiográfico para a divulgação da *Pequena gramática*

A publicação do Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, viabilizado por meio da Portaria Nº 152, de 24 de abril de 1957, e da Nomenclatura Gramatical Brasileira (doravante NGB), recomendada pela Portaria Nº 36 de 28 de janeiro de 1959, reconduziu o processo de gramatização¹ (HENRIQUES, 2009, p. 17) no cenário da história da gramática no Brasil do século XX.

1 Além de corroborar as noções de Henriques (2009), adota-se aqui a perspectiva de Aouroux (1992, p. 65), para quem a gramatização é “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de

Como instrumento de gramatização dos saberes contidos na chamada gramática tradicional, a NGB herda todo o processo de categorização (organização das classes) desenvolvida na cultura helenística, sendo a gramática conceituada por Neves (1987, p. 107) como “instrumento de cultivo e preservação de valores” pelos gregos.

No Brasil, o processo de recepção da NGB, tanto pela gramática tradicional quanto pelos autores que teceram considerações a seu respeito, movimentou a produção de discursos sobre os alegados acertos e equívocos da sugestão da nomenclatura para a (re)condução do ensino da gramática e da produção, em larga escala, de materiais de divulgação dessa nomenclatura.

Segundo Câmara Jr. (1972, p. 56), no período de divulgação da NGB, havia uma profusão de terminologias gramaticais e isso deve-se ao fato de que, em matéria de nomenclatura, o Brasil produziu muitas gramáticas e compêndios gramaticais diversos, sobretudo para a educação básica:

No séc. XIX, dizia-se que todo professor de filosofia alemão se achava obrigado a criar um sistema filosófico seu. A Alemanha é a terra da Filosofia; no Brasil, que é a terra da Gramática, todo professor de português se acha obrigado a criar uma nomenclatura gramatical sua.

Nesta medida, a proliferação de termos para a conceituação de fatos da gramática tornou-se comum na passagem do século XIX ao XX, e, de modo preponderante, a produção em larga escala de manuais (sobretudo, os de análise sintática) e de gramáticas assume papel significativo no ensino e na divulgação das ideias gramaticais no Brasil.

A implementação da NGB propiciou, assim, uma revolução no cenário da filologia e da gramática, de modo que o mercado editorial brasileiro (sobretudo, o de materiais didáticos destinados às escolas primárias e secundárias) precisou adequar-se aos parâmetros da nomenclatura, que exigia,

nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”.

por meio da nova portaria, o ensino de português pautado e recomentado de acordo com a lista de termos topicalizados no documento oficial.

Muitos filólogos e gramáticos empenharam-se no processo crítico de recepção da NGB. Além de Câmara Jr. (1972), houve outros especialistas em filologia que recepcionaram, por intermédio de ensaios críticos, a nomenclatura de 1959. Muitos desses filólogos mostraram certa satisfação teórica acerca dos alegados acertos do texto final, como é o caso de Melo (1967, p. 283):

Já de há muito vinham os melhores gramáticos, os filólogos e linguistas advogando uma revisão e simplificação da nomenclatura, de modo que o ensino primário e secundário se pudesse beneficiar dos progressos da Ciência da Linguagem, libertando-se a pouco e pouco de uma rotina esterilizante, emperradora e repelente.

Nesse sentido, a proposição da NGB gerou um certo contentamento no cenário das letras brasileiras pelo fato de endossar o discurso de que faltava homogeneizar concepções de gramática tradicional que fossem agasalhadas por uma nominata única, que seria comum a todos os manuais e gramáticas produzidos com o fim de sistematizar os saberes gramaticais nas escolas do país².

Como consta na história das ideias gramaticais brasileiras, escolas tradicionais devotadas ao ensino secular de Língua Portuguesa, como o Colégio Pedro II, puderam ter como prestígio o fato de que grande parte dos idealizadores da proposta de implementação da NGB fosse professor (titular, na maior parte dos casos) de cátedras já extintas de filologia e de gramática do Colégio Pedro II.

2 Vale destacar que essa tentativa de tornar homogênea a designação/nomeação de fatos de gramática tradicional não pode ser vista de forma ingênua. Diante disso, pode-se compreender que apenas escolas de referência (como o antigo Colégio Pedro II) puderam, de imediato, seguir os parâmetros da NGB.

A implementação da NGB no cenário escolar brasileiro foi lenta, mas a produção de materiais didáticos responsáveis pela sua divulgação alcançou dimensões significativas, na medida em que muitas gramáticas surgiram no cenário pós-NGB com o intuito de disseminar o ideário metalinguístico do documento nos âmbitos acadêmico e escolar.

Em livro seminal sobre as especificidades da gramática tradicional, Vieira (2018, p. 186-194) traz à tona uma série de compêndios gramaticais responsáveis pela divulgação e pela implementação do texto da NGB. De acordo com o autor, a produção em larga escala dessas obras foi notada sobretudo no decorrer da década de 1960, quando houve publicação de inúmeras gramáticas para explicar e exemplificar a nova nomenclatura.

A menção da NGB no título dessas obras sinaliza uma relevante etapa no processo de gramatização brasileiro, uma vez que redireciona o tratamento da gramática em diversos âmbitos (ensino, teorização e divulgação da Língua portuguesa), conforme menciona Vieira (2018, p. 191):

Em suma, textos como os de Barbosa (1959), Kury (1959) e Luft (1960, 1974) testemunham a forte e imediata presença da NGB na gramatização brasileira do português a partir da publicação do documento. Desde então, as gramáticas passaram a estampar com orgulho em suas capas e subtítulos algo como “de acordo com a NGB”, o que acarretou transformações significativas nas obras existentes, além do esquecimento de algumas e aumento do prestígio de outras (Baldini, 1999).

Duas dessas gramáticas citadas por Vieira (2018), a *Pequena gramática para a explicação da nova nomenclatura gramatical*, de Adriano da Gama Kury (1959)³, e a *Gramática resumida: explicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*, de Celso Pedro Luft (1978)⁴, tornaram-se obras fundamentais para a divulgação e a disseminação da NGB. Trata-se de obras

3 A primeira edição da obra de Kury é de 1959.

4 A primeira edição da obra de Luft é de 1960.

que assumem um compromisso didático nesse processo de divulgação da nomenclatura.

Luft (1978, p. 13), no prefácio de sua gramática, expõe: “foi com o intuito de cooperar nessa obra simplificante e harmonizadora, como também para atender a amigos e colegas, que nos pusemos a escrever este opúsculo”. Nesse sentido, a função desta obra é contribuir para a divulgação da nomenclatura que, conforme menciona o gramático, estabeleceu a harmonia na descrição dos fatos da língua.

Além de se orientar pela lista da nomenclatura, a gramática de Luft (1978) faz questão de citar a NGB nas páginas iniciais. Tal empreendimento sinaliza um aspecto redundante: o livro busca elucidar os termos elencados pelo documento oficial, mas endossa para o consulente uma tentativa de espelhar os textos – a nomenclatura é expandida pelos exemplos do gramático.

No prefácio da obra de Kury (1959, p. 13), há o seguinte posicionamento: “a NGB é necessariamente parca de esclarecimentos, na sua secra enumerativa”. Como sugere o autor, o seu texto tem a finalidade, portanto, de exemplificar e tornar claros os termos técnicos empregados pela nomenclatura, o que, conseqüentemente, mostra que o livro cumpre uma função didática: esclarecer os termos empregados pela lista.

A gramática de Kury (1959), assim como está organizada a NGB, divide-se em três partes – fonética, morfologia e sintaxe. A partir de cada termo sugerido na lista da nomenclatura, o autor elenca uma série de definições e oferece fontes de abonação (exemplos) para fundamentar os fatos gramaticais não desenvolvidos pela NGB. Há, ainda, na obra, um apêndice para tratar dos seguintes aspectos gramaticais: figuras de sintaxe, gramática histórica, ortografia, pontuação, significação das palavras e vícios de linguagem (tal como se apresentam na nomenclatura).

Embora a citação dessas duas gramáticas tenha a função de ilustrar o amplo processo de recepção e da divulgação da NGB, cumpre ressaltar que o perfil descritivo de ambas aponta para direcionamentos caracterizadores da gramatização no período pós-NGB e permite configurar a estratégia

na produção de gramáticas neste período: as obras de cunho gramatical (sobretudo, as de caráter didático) passaram a (re)citar a NGB em seu processo descritivo.

Como este texto busca delimitar a relevância da gramática de Kury (1959) no âmbito da divulgação da NGB, outras obras fundamentais que cumprem a mesma tarefa não entraram neste escopo. A seguir, direcionam-se evidências, no cenário da historiografia gramatical, para sinalizar o compromisso didático, os conceitos gramaticais e os exemplos abonados pela *Pequena gramática*.

1. O compromisso didático na publicação da *Pequena gramática*

O cenário histórico no qual a NGB foi organizada pode ser compreendido, em linhas gerais, nas palavras de Borges Neto (2022, p. 381-382):

Em meados do século XX, as autoridades educacionais brasileiras resolveram padronizar a terminologia das gramáticas escolares. O argumento era que os alunos que se transferiam de uma escola para outra teriam dificuldades para entender conceitos e análises gramaticais se as escolas usassem terminologias distintas. Ou que concursos que cobrassem conceitos gramaticais criariam dificuldades para os participantes, em função dos conhecimentos terminológicos aprendidos em distintas formações escolares.

Dessa forma, as gramáticas escolares, sobretudo as da década de 1960, passaram a adotar o compromisso didático de citação da NGB, pelo fato de terem que padronizar a terminologia constante em gramáticas, dicionários e materiais didáticos destinados ao ensino de língua portuguesa na educação básica.

A proliferação de taxonomias para a apropriação de conceitos gramaticais no Brasil era vista, portanto, como um problema que criava diferentes abordagens descritivas que afetavam, sobremaneira, o âmbito da

educação básica e impediam, de certo modo, a padronização dos conteúdos veiculados nos compêndios de ensino de língua portuguesa. O ideário envolto na proposta da nova nomenclatura teria o objetivo inicial de inibir a massificação de taxonomias em materiais didáticos. Parece que o processo de instituição de uma nomenclatura concisa sofreu uma reviravolta paradoxal: muitas gramáticas começaram a ser produzidas com o intuito de divulgar a NGB.

A questão central na crítica em torno destas gramáticas de divulgação da nomenclatura reside no fato de que o objetivo inicial de muitos gramáticos era ampliar a simples nominata de termos do documento e conferir-lhes conceitos e exemplos que pudessem ilustrar (ou tornar mais didáticos) os termos constantes desse documento publicado no final dos anos 1950.

A *Pequena gramática* inscreve-se neste cenário de didatização e publicação dos termos disseminados pela NGB. Portanto, como obra didática, oferece uma série de parâmetros (conceitos e exemplos) não contemplados pela nomenclatura oficializada na década de 1950. Cumpre salientar que se trata de uma obra voltada à explicação da nova nomenclatura, como sugere seu subtítulo.

O compromisso didático da gramática de Kury (1959) alcança sucesso editorial e ganha menção até mesmo na crítica de linguistas distintos, como Câmara Jr. (1972)⁵, que, em seu ensaio “Nomenclatura Gramatical”, oriundo de um curso ministrado pelo autor, menciona a gramática como uma relevante ferramenta didática para a consulta dos termos veiculados no documento oficial da nomenclatura:

(...) Também aconselho a consulta ao livrinho *Pequena gramática para explicação da nova nomenclatura gramatical*, de Adriano Kury, um dos sólidos valores novos do nosso magistério de Português.

5 Vale mencionar que Kury (1959), nas páginas iniciais da *Pequena gramática*, dedica o trabalho a Sousa da Silveira e Mattoso Câmara Jr., tratados como “meus mestres”.

Da minha parte, tenho a dizer de início que considero a nova Nomenclatura Gramatical um excelente passo para combater o arbítrio e a fantasia individual em matéria de nomenclatura. (CÂMARA JR., 1972, p. 56)

Recepcionada por linguistas de renome e por professores da educação básica, a *Pequena gramática* surge no mercado editorial como uma “solução” ao desafio imposto pela NGB, a saber: tornar-se uma espécie de manual de consulta rápida, que oferecesse ao leitor conceitos e exemplos das principais partes da gramática da língua portuguesa ensinada na escola brasileira (tanto a pública quanto a privada).

Organizada em torno de um pouco mais de cem páginas⁶, a *Pequena gramática* foi planejada e organizada para ser uma obra didática para a divulgação da NGB, conforme salienta Kury (1959, p. 14):

Todos os nomes contidos na NGB, explanando, sempre que necessário, as razões da sua preferência a esta ou aquela denominação, e apondo, na maior parte das vezes sob a forma de observações, os nomes substituídos – aqui convencionalmente precedidos de asterisco. E a coincidência do que estabelece a NGB (na maioria dos casos) com a nossa formação, permitiu-nos levar a cabo, durante o final das férias escolares, o livrinho que ora apresentamos.

Não obstante todos os condicionamentos favoráveis à publicação da *Pequena gramática*, há que se notar, ainda, o compromisso editorial na publicação do texto. O livro é editado e vendido no mesmo ano em que se estabelece e se fixa a portaria com a divulgação da nomenclatura, o que sugere a interpretação imediata de Kury (1959) diante da proposta dos termos gramaticais organizados na portaria.

6 Neste trabalho, foi considerada para análise a terceira edição da *Pequena gramática*, que foi publicada no mesmo ano da portaria da NGB, em 1959. Cabe destacar que a primeira edição da gramática é de março, e a terceira é de agosto, do mesmo ano. Trata-se, portanto, de uma obra com alta tiragem editorial.

O autor utiliza a nominata proposta pela NGB e, ao longo de sua proposta, acrescenta seus conceitos e seus exemplos para tornar didática a listagem (o texto do gramático tem o papel de facilitar a leitura do consulente). Dessa maneira, assim como na NGB, divide-se a gramática em três partes: fonética, morfologia e sintaxe (além disso, ao final do texto, consta um apêndice, no qual são elencadas noções de estilística).

Ainda que a formação de Kury (1959) esteja circunscrita à herança dos estudos filológicos do círculo fluminense, não se menciona na *Pequena gramática* a filiação teórica adotada pelo autor. O leitor tem em mãos apenas um manual que se destina a conceituar e a exemplificar os nomes encontrados na nomenclatura, o que denota certa arbitrariedade nas definições, cuja procedência teórico-metodológica não é mencionada (embora o autor aponte uma lista de “livros consultados” ao final da gramática (KURY, 1959, p. 129-131).

A gramática em tela parece não assumir o compromisso de se tornar uma material de consulta ao leitor especializado (sobretudo, o leitor vinculado ao cenário acadêmico para o qual os estudos linguísticos foram reconduzidos naquele período). A sua particularidade editorial diz respeito, como já se disse, à divulgação das especificidades terminológicas da NGB no cenário escolar. É, portanto, uma gramática com fins didáticos.

O compromisso didático assinalado neste texto pode ser compreendido com um fim do processo de organização de gramáticas no pós-NGB. Desse modo, a *Pequena gramática* é categorizada neste período, por ser configurar como um manual didático (assim como o muitos manuais de análise sintática) publicado a partir de 1959 no mercado editorial dos dicionários e das gramáticas.

Como na maioria dos manuais, a obra assume como tarefa descrever as partes da gramática. Nesse sentido, a descrição das unidades (fonema, palavra, período etc.) passa a ser mote para se questionar a inconsistência da NGB: não oferecer ao consulente uma série de conceitos e de exemplos necessários ao entendimento dessas unidades distribuídas em partes. *A Pequena gramática*,

ainda que sem filiação teórica, busca conceituar as partes e exemplificar as unidades da gramática (que, neste caso, assume feição normativa, sobretudo quando se volta à esfera escolar).

2. Os conceitos gramaticais e os exemplos abonados pela Pequena gramática

Nos estudos de configuração historiográfica das gramáticas brasileiras, a natureza dos conceitos e dos exemplos constantes em obras gramaticais é tratada como condição *sine qua non* para a percepção dos fatores descritivos e das condições de produção de filólogos, gramáticos e linguistas. A *Pequena gramática* assume, a partir dessas condições, feição normativa e é orientada por conceitos e exemplos de natureza prescritiva.

Nesta medida, como obra herdeira das percepções da NGB, a gramática de Kury (1959) cumpre apenas um aspecto metodológico ao longo de sua extensão: pontuar conceitos e exemplos das unidades da gramática em análise. O gramático, por assim dizer, não assume a tarefa de opor teorias e fundamentos da investigação linguística no curso de seu processo descritivo.

Pontuar a natureza descritivo-prescritiva (com todas as redundâncias que a expressão pode implicar) desta gramática não é um demérito. Antes de mais nada, cumpre destacar que este tipo de retorno a um texto seminal (no caso, o resgate das especificidades de uma gramática do pós-NGB) insere-se na perspectiva maior de entendimento acerca do complexo processo de disseminação e difusão de uma nomenclatura no mercado editorial brasileiro.

Na Tabela 1, a seguir, são extraídas as delimitações conceituais acerca de gramática, fonética, morfologia e sintaxe da obra de Kury (1959):

Tabela 1: Delimitações conceituais da *Pequena gramática*

	Delimitações conceituais
Gramática	“tem por fim o estudo sistemático dos ‘meios de expressão’ de uma língua (...)”.
Fonética	“da produção e classificação dos fonemas que formam as sílabas e vocábulos (...)”.
Morfologia	“da estrutura das palavras , isto é, dos elementos significativos que as formam (...)”.
Sintaxe	“do arranjo das palavras na frase, tendo em vista as relações necessárias (...)”. (KURY, 1959, p. 27)

Fonte: Os autores (2025).

Como se pode notar, o autor lança mão dos objetos (recorte da abordagem) das partes da gramática, sem oferecer-lhes definições propriamente ditas, o que não ocorre com a apresentação das unidades da gramática, como no caso da descrição, por exemplo, dos fonemas: “são os sons distintivos elementares que, em seu conjunto, formam o ‘sistema fônico’ de uma língua” (KURY, 1959, p. 36)⁷.

A *Pequena gramática* opera, portanto, com a delimitação das partes da gramática (objeto da abordagem gramatical) e com a definição das unidades da gramática (conceito de cada unidade segmentável da gramática normativa). Esta postura descritiva permite ao gramático expandir a nominata estabelecida pela NGB e, ao mesmo tempo, cria uma possibilidade descritiva, na qual as unidades da gramática são conceituadas e exemplificadas ao longo do texto.

O percurso descritivo da obra gramatical em análise estabelece como parâmetro a expansão da NGB (como o próprio autor menciona, retirar a nomenclatura da condição de mera lista de termos para torná-la uma unidade). Sendo assim, a gramática passa a ser utilizada como instrumento didático

7 Aliás, é relevante mencionar as influências da obra de Joaquim Mattoso Câmara Jr. nas concepções de Kury (1959). Ao estabelecer o conceito de “fonemas”, este gramático cita diretamente o *Dicionário de fatos gramaticais* produzido por aquele linguista.

por meio do qual o leitor (especializado ou não) pode ser conduzido entre as unidades da gramática, os conceitos e os exemplos.

Em relação aos exemplos listados na gramática de Kury (1959), cumpre destacar a utilização de dados provenientes do próprio autor, o que pode ser entendido como recurso didático, uma vez que os conceitos desenvolvidos na obra podem ser compreendidos por meio do método de abonação (os exemplos buscam confirmar os conceitos ampliados a partir da nominata), cuja perspectiva de validação descritiva é proveniente do próprio gramático – neste caso, uma espécie de informante legitimado à tarefa de seleção de dados para composição da gramática.

Na Tabela 2, são colocados lado a lado os conceitos e os exemplos elencados por Kury (1959):

Tabela 2: Conceitos e exemplos da *Pequena gramática*

	Conceitos	Exemplos
Fonemas	“são os sons distintivos elementares que, em seu conjunto, formam o ‘sistema fônico’ de uma língua” (KURY, 1959, p. 36)	“Pala-Bala” sons distintivos: P x B
Radical	“o elemento mórfico em que se concentra a significação de uma palavra” (KURY, 1959, p. 55)	“claros” (palavra) “clar-” (radical)
Oração	“é a frase que possui um predicado” (KURY, 1959, p. 94)	“Choveu muito hoje” Predicado (núcleo: “choveu”)

Fonte: Os autores (2025).

Os exemplos sugeridos na obra não são constituídos como *corpora* provenientes de textos literários e de outras fontes da língua escrita. O autor não busca, portanto, abonar os conceitos de modo a utilizar fontes literários, assim como fizeram muitos gramáticos na segunda metade do século XX (no movimento de aproximação descritiva entre língua e literatura).

A organização descritiva da *Pequena gramática* pode ser entendida, grosso modo, a partir de seu aspecto expansivo em relação às categorias

preconizadas pela NGB, o que denota o trabalho editorial do gramático que precisa apresentar ao público que, de modo geral, necessita interpretar o texto da portaria por meio de uma obra didática ou de um guia para a leitura fluida de todos os pontos da nomenclatura⁸.

Como texto histórico, a gramática de Adriano da Gama Kury (1959) é um retrato do ideário manifestado na NGB: a divulgação do que se tornaria a base do pensamento gramatical normativo na metade do século XX. Como fonte histórica, a *Pequena gramática* manifesta os anseios do mercado editorial brasileiro frente às inovações terminológicas sugeridas pela nova nomenclatura, que se tornaria referência na elaboração de novas gramáticas.

Ainda que este tipo de gramática tenha sido construído por intermédio de bases questionáveis de solidez descritiva (sem um escopo teórico delimitado e sem exemplificação abonada em *corpus* escrito – literário, jornalístico, dentre outros), cumpre sinalizar sua relevância como instrumento de gramatização pioneiro diante da tarefa de disseminar os pressupostos da NGB, de modo a assumir a função de manual didático.

Considerações finais

Embora haja avanços significativos na proposição histórica da portaria da NGB, ainda constam questões não resolvidas no centro das pesquisas da historiografia gramatical. Conforme discorre Borges Neto (2022, p. 394),

O erro fundamental das autoridades educacionais, dos membros da comissão que escreveu o anteprojeto e do redator final da NGB é o de não terem compreendido (...) que uma terminologia não existe abstratamente, mas sempre é resultado de uma perspectiva teórica particular sobre o objeto e reflete um conjunto de opções ontológicas.

8 O mesmo movimento editorial ocorreu, por exemplo, com o Acordo Ortográfico de 2009, que demandou uma série de publicações para torná-lo didático. Há muitos outros exemplos deste processo de gramatização (de natureza normativa) em Língua Portuguesa.

A *Pequena gramática* é, por assim dizer, uma obra disseminadora do processo ideológico de difusão da NGB e, por essa razão, adota (às vezes, à revelia) a postura normativista preconizada pelo documento. Como produto hereditário da nomenclatura, trata-se de uma obra que foi pensada e organizada para um mercado editorial ocupado (e por que não preocupado) com a recepção da nomenclatura no cenário educacional brasileiro.

Fato é que a obra alcançou muitas edições (a pesquisa historiográfica aponta mais de dez edições em curto espaço de tempo), o que a coloca na posição de livro de apoio ao entendimento e à interpretação da nomenclatura. Como obra filológica, é concebida, portanto, a partir de seu valor histórico, assim como outras gramáticas que também tiveram papel relevante no processo de disseminação da portaria.

Nesse sentido, o resgate e a análise de uma obra que é herdeira do pensamento gramatical da metade do século XX, como o é a *Pequena gramática*, permitem a (re)construção do percurso metodológico adotado pelas gramáticas normativas, que são acusadas de não serem fundamentadas por esta ou aquela teoria linguístico-gramatical (geralmente por estarem atreladas, por meio de seu discurso, à tradição greco-latina).

Ao utilizar o aparato da historiografia linguística, o trabalho de investigação da fonte documental (neste caso, a gramática é uma fonte documental) assume o aspecto crítico diante da obra gramatical. Dessa forma, a *Pequena gramática* passa a ser compreendida como uma fonte documental necessária ao entendimento (e também resgate) de um processo editorial que foi responsável pelo maior movimento de gramatização no Brasil: a produção de obras gramaticais para a divulgação e a disseminação da NGB.

Como obra responsável pelo processo de gramatização da NGB, a gramática de Kury (1959) torna-se uma fonte textual histórica e relevante aos estudos de gramaticografia brasileira (entendida aqui como um método de resgate de obras fundamentais para a história da gramática).

Referências

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

BORGES NETO, José. **História da gramática**. Curitiba: Editora UFPR, 2022.

CÂMARA Jr, Joaquim Mattoso. “Nomenclatura gramatical”. In: CÂMARA Jr, Joaquim Mattoso. **Dispersos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois**. São Paulo: Parábola, 2009.

KURY, Adriano da Gama. **Pequena gramática para a explicação da nova nomenclatura gramatical**. Rio de Janeiro: Agir, 1959.

LUFT, Celso Pedro. **Gramática resumida: explicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira**. Porto Alegre: Globo, 1978.

MELO, Gladstone Chaves de. “A nova nomenclatura gramatical”. In: MELO, Gladstone Chaves de. **Iniciação à filologia portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1967.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - BRASIL. **Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira**. Rio de Janeiro: CADES, 1957.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - BRASIL. **Nomenclatura Gramatical Brasileira**. Rio de Janeiro: CADES, 1959.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

VIEIRA, Francisco Eduardo. **A gramática tradicional: história crítica**. São Paulo: Parábola, 2018.